

A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XVIII

o estabelecimento do portuense Elias Antonio Lopes no Rio de Janeiro

Nilza Licia Xavier Silveira Braga

Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo

O presente artigo discute a emigração de Elias Antonio Lopes da cidade do Porto para o Rio de Janeiro em aproximadamente 1770. O objetivo desta empreitada relacionou-se à tentativa dele, bem como de outros emigrantes portugueses no século XVIII, de encontrar a sorte nos negócios mercantis na colônia. Elias obteve sucesso, tornando-se um dos maiores negociantes da praça mercantil do Rio de Janeiro em fins do século XVIII e no início do século XIX. Atuou no comércio interno, externo, nos contratos reais e no tráfico negreiro. As relações que ele manteve com negociantes de praças de comércio nacionais, internacionais e com o Porto contribuíram para vincar sua reputação e promoção nos negócios mercantis. Ademais, sua família também atuava no ramo mercantil, particularmente seu pai. Este detalhe contribui para Lopes adquirir conhecimento nos negócios e aplicá-los em sua carreira no Brasil. Neste artigo, a principal fonte utilizada foram as informações existentes do auto do inventário do negociante localizadas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). Esta fonte nos permite identificar a data aproximada de sua vinda ao Rio de Janeiro e que ele se correspondia e mantinha negócios com sua família residente no Porto.

Palavras-chave emigração, homens de negócio, contatos mercantis, negócios familiares.

Abstract

The current paper aims at discussing the emigration of Elias Antonio Lopes from Porto city to Rio de Janeiro around 1770. The main objective of his duty is his trial, as well as other Portuguese emigrants of the XVIII century, in approaching to the market place of Rio de Janeiro. Furthermore, Elias was the greatest dealer, who played a significant role in the in Rio de Janeiro imperial market by the ends of XVIII century and the first years of XIX century. He participated in the deals in commercial trades, as well, as external commercial ones, in royal contracts and in slave trade. The commercial relationships amongst the national traders, international ones and with traders from Porto contributed to enhance his reputation and projection in the mercantile trades. In addition, it is important to highlight that his family acted out in the same type of commerce. His father, for instance, contributed to his son in acquiring knowledge of commercial deals in Brasil. On this paper, the main sort of data is the information gathered from Lopes' inventory, archived in 'Arquivo Nacional do Rio de Janeiro'(ANRJ). This will help to identify the data of his arrival in Rio de Janeiro and the maintenance of his exchanges to his family placed in Porto city.

Keyword emigration, mercantile traders, benefices, mercantile contacts, family business.

O historiador Joel Serrão, ao analisar a trajetória dos reinóis no Brasil nos séculos XVIII e XIX,¹ afirmou que no século XVIII os imigrantes chegaram ao Brasil para tentar fortuna no comércio.² O caso do negociante Elias Antonio Lopes consistiu em uma dessas trajetórias de sucesso por meio do comércio, embora ela tenha diferenças em relação à trajetória de outros negociantes bem sucedidos no Brasil. Detalhes peculiares referentes à sua família, principalmente a importância de seu pai, o Capitão António Lopes Guimarães da cidade do Porto³, contribuíram para o sucesso inicial de Lopes no ultramar.

As fontes manejadas, entre elas o auto do inventário do negociante, indicam que ele estava presente no Rio de Janeiro antes de 1790. Neste ano, Lopes “*fora provido no posto honorífico de Capitão do Rebelim do Moinho de Vento, da fortaleza da Ilha das Cobras, pelo (...) Conde de Resende*”.⁴ Isto nos possibilitou levantar a hipótese de que ele já estava na cidade em período anterior para vincar sua reputação e credibilidade no meio mercantil e entre as principais autoridades coloniais, como foi o caso do Conde de Resende. Quatro anos depois, ele ingressou como irmão da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo em 1794, exercendo o sub-priorato em 1813. Assim, a partir de sua fixação na cidade, ele se preocupou com os tratos mercantis e em galgar distinções honoríficas. Essas estratégias indicam um indivíduo que anseia por se inserir numa sociedade de Antigo Regime, de forte hierarquia social, de tradição senhorial e militar.⁵

De acordo com a historiografia, o comércio do Rio de Janeiro foi predominantemente controlado pelos homens de negócios reinóis, americanos ou brasilienses (nascidos no Brasil),⁶ que por sua vez eram filhos do Reino português. Por indicação e relações familiares, os negociantes contratavam caixeiros portugueses, encarregando-os com diferentes atribuições nas lojas. A presença dos caixeiros nas lojas e nas ruas no século XIX,

1 SERRÃO, J. “Conspecto histórico da emigração portuguesa.” In: *Análise Social*, Vol. VIII, 1970 (nº32), p. 597-617.

2 *Ibidem*, p. 602.

3 Segundo Albert Silbert, “no Porto, desde a segunda metade do século XVIII, por vários motivos, formou-se um corpo mercantil, com poder suficiente e voltado exclusivamente para o comércio”. In: SILBERT apud FONTOURA, V. de J. *Pedro Gomes Simões: homem de negócios do Porto no século XVIII*. Porto: Ed. Ecopy, 2010, p. 15.

4 CUNHA, R. V. da. “A vida do Rio de Janeiro através dos testamentos: 1815-1822.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 282, Rio de Janeiro, jan./mar., 1969, p. 53.

5 FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F. & GOUVÊA, M. de F. (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

6 FRAGOSO, J. L. R. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; SAMPAIO, A. C. J. de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650 –c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

após a independência do Brasil, aprofundou o antilusitanismo tanto no Rio de Janeiro quanto em outras praças brasileiras, como Recife (Pernambuco).⁷

A presença portuguesa no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro, constituiu-se de fundamental importância quando analisamos a trajetória de reinóis que vinham tentar a carreira mercantil no ultramar. Isso porque muitos desses emigrantes iniciavam no comércio por meio do ofício caixeral. Exemplo disto é o caixeiro Tomás Pereira de Castro Viana, administrador da casa comercial e inventariante de Elias Antonio Lopes, que se tornou negociante após a morte de seu finado patrão. Em 03 de agosto 1821, Viana colocou um anúncio no periódico Diário do Rio de Janeiro onde anunciou a venda de diferentes produtos expostos em sua ‘casa de negócios’ situada à Rua Direita, nº 98.⁸

Neste artigo, portanto, discutiremos a emigração portuguesa para o Brasil principalmente na segunda metade do século XVIII, conjuntura na qual Elias Antonio Lopes se estabeleceu no Rio de Janeiro. No último terço deste século, ele já empreendia negócios na cidade e em outras praças brasileiras e internacionais, o que será comprovado por meio de uma tabela elaborada com os dados do auto de seu inventário. A experiência mercantil, que teve com seu pai no Porto, também foi de suma importância para sua atuação como negociante no ultramar, o qual será discutido na parte final deste artigo. A presença de Elias e de outros negociantes reinóis no Rio de Janeiro não foi temporária, já que muitos deles permaneceram no Brasil.⁹ Na trajetória de Lopes, por exemplo, verificamos que ele residiu na cidade até o seu falecimento, em outubro de 1815.

A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do Setecentos

De acordo com Jorge Pedreira, o Brasil Colonial atraiu os emigrantes reinóis por ser uma terra de riquezas materiais, onde havia a possibilidade de acesso às terras livres e gratuitas. Além disso, não existia um Tribunal da Inquisição no Brasil, e, por isso, a colônia recebeu um grande contingente de cristãos-novos. Contudo, o autor enfatizou que o desenvolvimento da economia brasileira foi o mais importante fator de atração de emigrantes.¹⁰

7 Cf. MARTINHO, L. M. & GORENSTEIN, R. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Esporte, 1993; RIBEIRO, G. S. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Faperj, 2002.

8 BEZZERA, N. R. *Escravidão, farinha e tráfico Atlântico: um novo olhar sobre as relações entre o Rio de Janeiro e Benguela*. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010, p.10.

9 FRAGOSO, J. L. R. *Op. cit.*; SAMPAIO, A. C. J. de. *Op. cit.*

10 PEDREIRA, J. M. V. “Brasil, fronteira de Portugal: negócio, emigração e mobilidade social (séculos XVII e

No século XVIII, principalmente após a descoberta do ouro em Minas Gerais, o Brasil recebeu um maior número de emigrantes portugueses patrocinados pela Coroa, além daqueles que vinham por conta própria. Consultando o livro de registros de passaportes do *Arquivo Histórico Ultramarino* de fins do século XVIII, Rosana Barbosa ressaltou que “havia um pequeno, porém constante fluxo de pessoas que migravam para o Brasil independentemente. Estes não faziam parte de nenhuma iniciativa de colonização de um estado patrocinador, mas buscavam um futuro melhor”.¹¹ Entre os emigrantes estavam jovens portugueses que tentavam conquistar postos no setor comercial das principais praças brasileiras e muitos deles procuraram contrerrâneos estabelecidos no Brasil, que também vieram se dedicar ao comércio e obtiveram sucesso em terras coloniais.

A respeito da presença dos contrerrâneos, os emigrantes portugueses costumavam trabalhar nos estabelecimentos de parentes e amigos e isto possibilitou que Rosana Barbosa definisse este processo a partir das redes de conhecimento entre as comunidades portuguesas existentes no Reino e na colônia. Já Jorge Pedreira analisou a emigração portuguesa para o Brasil e o vínculo existente entre reinóis e coloniais no que tange o ingresso dos primeiros no comércio brasileiro. Para o autor, houve uma continuidade comercial entre o Reino e a colônia de modo que as oportunidades existentes no comércio brasileiro refletiram na economia portuguesa. Os portugueses estabelecidos no Brasil recebiam os novos emigrantes reinóis vindos de Portugal para ingressarem na mercancia nos séculos XVIII e XIX.¹²

Para Jorge Pedreira, as redes existentes entre as comunidades portuguesas formadas na capital do Reino e na colônia explicariam o padrão de recrutamento dos emigrantes portugueses para o Brasil. A recepção desses emigrantes nas comunidades mercantis brasileiras foi fundamental na integração deles no comércio e isso acontecia porque havia algum contato existente entre os negociantes presentes no ultramar e os emigrantes, proporcionando a vinda dos mesmos para as praças brasileiras. Logo, muitos portugueses que vieram para o Brasil com o objetivo de ingressarem na carreira mercantil foram recebidos por negociantes e esses eram parentes ou amigos da família do reinol e já estavam familiarizados com o local. Como esses novos emigrantes os já permanentes começaram suas vidas, muitas vezes, como caixeiros e por meio das redes e estratégias individuais e se tornaram homens influentes de negócio.¹³

Importante ressaltarmos que Maria Beatriz Nizza da Silva enfatizou o papel das

XVIII)”. In: CUNHA, M. S. da (Org.). *Do Brasil à Metrópole: efeitos sociais (séculos XVII-XVIII)*. Universidade de Évora, Julho de 2001. p. 53.

11 BARBOSA, R. “Um panorama Histórico da Imigração portuguesa para o Brasil”. In: *Arquipélago: História*, 2ª série, VII (2003). p.177.

12 BARBOSA, R. *Op. cit.*, p. 186.

13 PEDREIRA, J. M. V. *Op. cit.* p. 58.

redes familiares na decisão de migrar e permanecer no Brasil.¹⁴ George Feliz Cabral, ao analisar os grupos mercantis da cidade do Recife, destacou a importância desta rede social e familiar. Os imigrantes eram “acolhidos por um tio, irmão, primo ou padrinho, não poucos se converteram em sócios ou sucederam a seus protetores”¹⁵ no comércio.

Concernente à naturalidade e idade dos imigrantes, houve uma grande presença de jovens minhotos que emigraram para o Brasil, estando o Rio de Janeiro como local de preferência. Sobre os portugueses da província de *Entre Douro e Minho*, Jorge Pedreira elucidou que eles vinham para o Brasil desde o século XVII, mantendo-se o mesmo padrão no século XVIII.¹⁶

A imigração minhota preponderou também, em Lisboa, sendo o Brasil um local de passagem. De acordo com estatísticas de Jorge Pedreira, 45% dos imigrantes faziam passagem pelo Brasil e “(...) as raízes desta emigração eram precisamente as mesmas que levavam os jovens minhotos a sair de suas terras em direção a Lisboa (...)”.¹⁷ No entanto, Jorge Alves¹⁸ argumentou que a cidade do Porto, mais do que Lisboa, consistiu no principal local de saída dos portugueses em direção ao Brasil.

A este respeito, Nireu Cavalcanti concordou com a visão de Pedreira ao sinalizar que os negociantes de grosso trato estabelecidos no Rio de Janeiro setecentista eram em sua grande maioria minhotos. Eles somavam “(...) em torno de 130 pessoas, eram em sua grande maioria reinóis da região Norte de Portugal. (...) essa predominância de homens do Norte de Portugal também se verificava em Lisboa”.¹⁹ Logo, a região ao norte de Portugal, de Entre o Douro e Minho, foi responsável pela maior parte dos emigrantes portugueses vindos para o Brasil no século XVIII. A seguir, abordaremos a trajetória de um emigrante desta região, que escolheu o Rio de Janeiro como destino. Ele fixou e se tornou um respeitado homem de negócio.

14 SILVA, M. B. N. da. *História da Família do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

15 CABRAL, G. F. C. de. *Tratos & Mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654-1759)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 88.

16 PEDREIRA, J. M. V. *Op. cit.* p. 56.

17 PEDREIRA, J. M. V. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Dissertação (Doutoramento em Sociologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Nova Lisboa, Lisboa, 1995, p. 218.

18 ALVES, J. F. *Os Brasileiros, Emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Porto, 1993. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1993, p. 44.

19 CAVALCANTI, N. *O Rio de Janeiro setecentista: A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004. p. 76.

Emigração e contatos mercantis de Elias Antonio Lopes no último terço do Setecentos

Elias Antonio Lopes nasceu em “20 de Julho de 1756, na Freguesia da Vitória, no Porto, filho natural do capitão António Lopes Guimarães e de Maria Antónia”.²⁰ A cidade do Porto era um aglomerado urbano que concorria com a emigração de portugueses para o Brasil.²¹ Em outubro de 1815, mês do falecimento de Lopes, o coadjutor da paróquia da *Freguesia de Nossa Senhora da Candelária*, onde o negociante frequentava, mencionou no livro de óbitos o desaparecimento de “(...) Elias Antonio Lopes (...), natural e batizado na freguesia de vitória da cidade do Pôrto (...)”.²² O coadjutor, portanto, confirmou, sem sombra de dúvida, a naturalidade de Lopes, como um portuense nascido e batizado na freguesia da Vitória.

Elias emigrou do Porto para ao Rio de Janeiro em um período anterior a 1790. Rui Viera da Cunha – seu biógrafo – também declarou ignorar “o milésimo exato da radicação de Elias Antonio Lopes no Rio, embora possamos afirmá-lo anterior a 1790”.²³ O genealogista fez esta afirmação por ser este o ano mais recente da presença de Lopes na cidade, o que consta em algumas fontes. Por exemplo, no *Almanaque da cidade do Rio de Janeiro de 1792*, Elias foi listado entre os oficiais de fortaleza, mais especificamente, como capitão do 1º *Rebelim do Moinho de Vento da Fortaleza da Ilha das Cobras*, onde foi agraciado com o posto em 1790.²⁴

Manolo Florentino observou que Elias Antonio Lopes era “natural da cidade do Porto, chegou ao Rio de Janeiro possivelmente no último quarto do século XVIII”.²⁵ Lucia Maria Bastos e Humberto Fernandes Machado também sinalizaram que os negociantes presentes no Rio de Janeiro na época da vinda da corte, “(...) eram de origem portuguesa, e muitos tinham-se estabelecido no Brasil ao longo do último terço do século XVIII, em função do crescimento das exportações e do tráfico atlântico de escravos (...). Paradigmáticos em suas

20 BASTO, A. de M. *Porto e o Brasil: figuras e factos da história luso-brasileira*. Porto: Livraria Progredidor, 1946. In: CAPELA, J. *Conde de Ferreira e Cia. Traficantes de escravos*. Porto: Edições Afrontamento, 2012, p. 65.

21 Além do Porto, as outras comarcas que constituem a província do Minho são: Barcelos, Braga, Guimarães, Penafiel, Valença Viana. Elas também contribuíram com emigrantes que se estabeleceram tanto em Lisboa como no Brasil. In: PEDREIRA, J. M. V. *Op. cit.*, p. 194.

22 Arquivo Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária. Livro de óbitos, n. 15, fls. 60 v.

23 CUNHA, R. V. da. *Para uma biografia de Elias Antônio Lopes*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1957, p. 5.

24 IHGB. Almanaque da cidade do Rio de Janeiro para o ano 1792. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 266 – janeiro/março 1965. pp. 159-217.

25 FLORENTINO, M. *Em costas Negras: uma História do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 207.

trajetórias foram Elias Antônio Lopes e Brás Carneiro Leão”.²⁶ Portanto, para os autores, a chegada de Lopes no Rio de Janeiro ocorreu pós-1770.

Analisando os Almanques, nos anos de 1792 e 1794, Lopes foi mencionado entre os negociantes da Praça do Rio de Janeiro (*Rua Direita*) e como comerciante de atacado.²⁷ Já no Almanque do ano de 1799 ele estava entre os negociantes com lojas, embarcação, importação, engenhos.²⁸ Entretanto, é importante ressaltar que no seu inventário ele não possuía engenhos, estando presentes várias propriedades, como prédios urbanos e chácaras.²⁹ Logo, possuir lojas à Rua Direita indicava prosperidade na carreira mercantil, pois ela era uma das ruas mais valorizadas da cidade. Nela, também estavam localizados os sobrados dos negociantes de grosso-trato no século XVIII.³⁰

A documentação do auto do inventário de Elias, conservado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), nos permitiu esclarecer o período em que ele já estava presente no Rio de Janeiro. Nele estão arrolados não somente os bens do negociante, mas também maços de “cartas, papéis e faturas” das décadas de 1770, 1780 e 1790.³¹ Infelizmente, as informações disponíveis foram apenas dos remetentes das cartas com seus respectivos anos, não sendo informado o conteúdo existente nas mesmas. Os dados disponíveis indicaram que o negociante havia se estabelecido no Rio de Janeiro no último terço do século XVIII. Conforme se pode observar na **tabela 1**, abaixo, as cartas que estavam sob o poder de Lopes eram de remetentes de algumas das principais praças mercantis internacionais e do tráfico negreiro – Porto, Benguela, Luanda – e nacionais – Rio de Janeiro, Bahia. Essas regiões também foram elencadas por Manolo Florentino ao citar Lopes entre aqueles negociantes que se dedicavam ao comércio de almas.³² Com alguns dos negociantes/indivíduos dessas praças mercantis, Lopes possuía em seu poder faturas comerciais, informações estas encontradas no mesmo auto do inventário e que listamos na **tabela 1**.

Tais cartas, portanto, indicaram que o negociante possuía relações estabelecidas no Rio de Janeiro. Assim, ele se correspondia com negociantes que atuavam no comércio externo, interno e no tráfico negreiro. Na referida **tabela 1**, foram selecionados aleatoriamente

26 NEVES, L. M. B. P. & MACHADO, H. F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p. 42.

27 *Idem*, p. 42.

28 IHGB. Almanque Histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1799. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 267 – abril/junho, 1965, 93-214.

29 ANRJ. *Inventário do Conselheiro Elias Antonio Lopes*. 10 de Novembro de 1815. Fundo: Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (7x). Códice 789. Volume 1 - 1815.

30 CAVALCANTI, N. *Op. cit.*, p. 83.

31 ANRJ. Fundo: Real Junta de Comércio (7X): *Auto do Inventário de Elias Antonio Lopes*. Notação: Caixa 348, pacoter, Letra L, 1815-1818.

32 FLORENTINO, M. *Op. cit.*, p.193.

alguns remetentes que correspondem apenas ao período de 1770 a 1790, embora, existam no auto do inventário cartas do século XIX – a partir de 1800. Fizemos, a partir disso, um levantamento nominal em que foi possível identificar alguns personagens, a maioria negociantes, e quatro deles familiares de Elias Antonio Lopes, que residiam no Porto.

Tabela 1 Cartas arroladas no auto do inventário de Elias Antonio Lopes a partir de 1770

Nomes	Localidade	Nº cartas	Período
Antonio Gomes Barroso	Rio de Janeiro	2	1776 a 1779
João Gomes Barroso	Rio de Janeiro	18	1776 a 1782
Nicolau Gomes	Sabará	1	1776
Bento José Gonçalves	Mariana	1	1793
Francisco José Silvano	Ilha Santa Catarina	62	1792 a 1799
Antonio Jose Pereira da Cruz	Parati	31	1790 a 1799
Antonio José Lopes Guimarães	Campos	15	1787 a 1800
Agostinho Moreira Guerra	Bahia	57	1790 a 1802
Antonio José Ribeiro	Porto	83	1784 a 1796
Antonio José Moreira Guerra (Cunhado de Elias)	Porto	89	1788 a 1806
Antonio Lopes Guimarães (pai Elias)	Porto	13	1771 a 1773
João Theodozio Lopes (irmão Elias)	Porto	52	1782 a 1810
Maria Antonia (mãe de Elias)	Porto	2	1786
José Antônio de Oliveira	Luanda	5	1786 a 1788
Frutuoso Jozé da Cruz	Benguela	3	1789 a 1790

Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). Fundo: Junta de Comércio: *Auto do Inventário de Elias Antonio Lopes* (7X). Notação: Caixa 348, pacote1, Letra L, 1815-1818. fls. 107 a 125v.

A título de exemplo, delimitamos algumas transações mercantis de Lopes que aconteceram no último terço do século XVIII: para a Bahia, existem quatro faturas de Agostinho Moreira Guerra (1794 e 1798),³³ com quem Lopes já havia trocado cartas no período de 1790 a 1802. Sobre este personagem, não encontramos informações que o vincule a um ofício específico,³⁴ contudo, foi possível identificarmos detalhes sobre seu filho, que por

33 ANRJ. Fundo: Junta de Comércio (7X): *Auto do Inventário de Elias Antonio Lopes*. Notação: Caixa 348, pacote1, Letra L, 1815-1818. fl. 126.

34 Nas Dissertação e Tese de Alexandre Ribeiro, não consta o nome de Agostinho Moreira Guerra como negociante e traficante. Cf. RIBEIRO, A. V. *O tráfico atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador (c. 1678 – c. 1830)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005; RIBEIRO, A. V. *A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos, grupo mercantil (c. 1750 – c.1800)*. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

sinhal foi homônimo do pai. Agostinho Moreira Guerra – o filho – foi juiz do crime do bairro da Candelária em 1832,³⁵ Bacharel em Leis 1823, natural da Bahia e filho de Agostinho Moreira Guerra.³⁶ Quando em 1830, sob pressão inglesa, o tráfico negreiro foi declarado ilegal no Brasil em 1831, o juiz Agostinho Moreira Guerra foi um dos que não compactuaram com esta atividade, que passou a ser realizada de forma ilegal pelos negociantes. A atividade passava pela “vista grossa” das autoridades e assim, Agostinho Moreira Guerra renunciou ao posto em 1834 sob ameaças de morte, ficando “confinado à sua residência na Ilha Grande”.³⁷ A trajetória do filho nos leva a constatar que seu pai, e homônimo, foi um indivíduo influente na sociedade baiana, tanto que seu filho formou-se juiz de direito provavelmente custeando os estudos com os cabedais do pai.

Embora o ofício de Agostinho Moreira Guerra não esteja totalmente certo, por que Lopes se correspondeu com um indivíduo da Bahia? A resposta pode estar nos produtos: fumo, farinha e açúcar. Estes produtos ele os poderia adquirir na Bahia em fins do século XVIII, sabendo que, nesta época, ele já possuía seu negócio de grosso trato no Rio de Janeiro. Esses produtos poderiam ser exportados, utilizados no comércio interno e no tráfico de escravos. Ao estudar a economia baiana na segunda metade do século XVIII, Alexandre Vieira Ribeiro argumentou que neste período houve o desenvolvimento do núcleo urbano da capitania e isso favoreceu a exportação de açúcar, tabaco, algodão, couro e madeira, emergindo uma nova categoria social na capitania representada pelos homens de negócio. Logo, eles contribuíram para o aumento da atividade mercantil na cidade neste período.³⁸

Entre as cartas do auto do inventário, identificamos relações existentes entre Lopes e os irmãos Gomes Barroso – Antonio & João. Ambos apareceram listados, juntamente com Elias, como uns dos maiores negociantes do Rio de Janeiro de acordo com o Conde de Resende em 1799.³⁹ Nizza da Silva citou o caso dos irmãos e da rede familiar empreendida por

35 BASILE, M. “Revoltas regenciais na Corte: o movimento de 17 de abril de 1832”. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. II, n. 19/20, p.259-298, jan./dez. 2004.

36 IHGB. IV Congresso de história nacional [21-28 abril de 1949] *Anais*, volume II, p. 397. Disponível em: <http://books.google.com.br/books>. Outra fonte que cita a informação de filiação é *Relação e Índice Alfabético dos Estudantes Matriculados na Universidade de Coimbra no Anno Lectivo de 1819 para 1820; suas naturalidades, filiações e moradas*. fl. II (Segundo Anno Juridico – 9: Agostinho Moreira Gomes, filho d'outro, natural da Bahia, Calçada, nº. 138). Na Rua da Calçada, principalmente o Canto da Calçada, se constituía um dos cantos da cidade de Salvador onde concentrava os escravos de ganhos. Cf. COSTA, A. de L. R. da. ESPAÇOS NEGROS: “cantos” e “lojas” em Salvador no Século XIX. In: *Caderno CRH*. Suplemento, p. 18-34, 1991.

37 BETHELL, L. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos (1807-1869)*. Trad. de Luís A. P. Souto Maior. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 102.

38 RIBEIRO, A. V.. *A cidade de Salvador*. Op. cit., p.45.

39 ANRJ. *Carta do Conde de Resende para D. Rodrigo de Souza Coutinho – 30 de Setembro de 1799*;

eles, que abarcou os dois lados do Atlântico. Ademais, destaca que a família era originária do norte de Portugal, do termo de Braga, e que Antonio veio muito jovem para o Brasil, tornando-se sócio de seu irmão João.⁴⁰ De acordo com Larissa Brown, os irmãos Gomes Barroso constituem um exemplo típico de negociantes reinóis que praticavam o comércio interno colonial, atuando Antonio Gomes Barroso no comércio de exportação de açúcar.⁴¹ Observamos, portanto, que desde meados de 1770, Lopes procurou manter relações pessoais com dois dos principais negociantes do Rio de Janeiro, os portuenses Gomes Barroso, também atuantes no comércio interno.

Na **tabela 1**, verificamos que Lopes se envolveu no comércio interno terrestre e no comércio de cabotagem costeira do Brasil, pois, não por coincidência, correspondeu-se com destinatários de Campos, Parati, Bahia, Sabará etc. Sobre o comércio de cabotagem na capitania baiana, em meados do século XVIII, Alexandre Ribeiro elucida que este comércio era realizado ao longo do litoral e no interior da América portuguesa.⁴²

Os comércios interno e externo estavam relacionados principalmente ao abastecimento das regiões coloniais e no tráfico negreiro. Como já destacamos com a Bahia, os produtos colônias produzidos também em Minas Gerais – aguardente, tabaco – eram utilizados no tráfico negreiro com as regiões africanas, ou seja, serviam de escambo. Os manufaturados metropolitanos e europeus também eram fundamentais neste comércio, bem como eram comercializados no mercado interno colonial. Portanto, podemos observar na **tabela 1** que as cartas trocadas por Elias Antonio Lopes e os indivíduos dessas regiões estavam não somente ligados a vínculos de amizade, mas também por relações mercantis previamente estabelecidas.

Para a primeira metade do século XVIII, Antônio Carlos Jucá de Sampaio argumentou que existia uma “subordinação ao grande capital mercantil, que controlava o comércio ultramarino e, portanto, o próprio acesso a grande parte das mercadorias essenciais ao comércio interno”.⁴³ Desse modo, o comércio ultramarino era importante porque, a partir dele, eram adquiridas mercadorias que serviam para a própria subsistência colonial, como por exemplo, o caso do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Entretanto, não queremos dizer que Minas Gerais dependeu exclusivamente do Rio de Janeiro para se abastecer, pois, Minas Gerais possuía seus meios próprios de subsistência. João Fragoso destacou que para fins do século

Correspondência dos Vices-Reis. Documento nº 343. Códice 68. Volume: 15. fls. 323-324.

40 SILVA, M. B. N. da. *História da família*. Op. cit., p. 125-126.

41 BROWN, L. V. *Internal Commerce in a Colonial Economy: Rio de Janeiro and its Hinterland, 1790-1822*. University of Virginia. Ph. D, 1986. p. 586.

42 RIBEIRO, A. V. *O tráfico atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador (c. 1678 – c. 1830)*. Op. cit., p.60.

43 SAMPAIO, A. C. J. de. Op. cit., p.238.

XVIII, a região deixou de ter como eixo dinâmico a mineração, baseando-se numa agricultura e pecuária, presentes desde o início dos setecentos e estando ambas voltadas para o mercado interno local, e não para exportação.⁴⁴

A historiadora Júnia Ferreira Furtado estudou especificamente o comércio e os comerciantes nas Minas Gerais do século XVIII, bem como a influência e controle do poder metropolitano na região. Um dos fatores que contribuíram para isso foi à política estabelecida pelo Marquês de Pombal quando este reorganizou a máquina administrativa do Estado português e obteve apoio dos negociantes. O comércio era um importante meio de interiorização da metrópole nas regiões coloniais, em especial nas Minas Gerais devido ao auge da produção aurífera.⁴⁵ A autora também dedica um capítulo sobre as atividades comerciais e a urbanização da região a partir da formação de redes de abastecimento interno – a agricultura de alimentos, pecuária, engenhos de açúcar. Esses meios eram complementados com mercadorias advindas do mercado externo e os tributos que incidiam sobre o comércio, por exemplo, no abastecimento da carne, representavam o controle e a ambição da Coroa portuguesa em expandir-se na região.⁴⁶

Já no final do século XVII, o descobrimento do ouro estimulou o aumento das rotas de comércio e a interiorização promovida pela Metrópole na colônia, revelando, assim, o papel relevante dos comerciantes. Ao se estabelecerem na região, estes estendiam, em suas relações, o poder da Coroa, mas também interagiam com as necessidades da população colonial. O papel como representantes da Coroa não foi muito diferente no século XVIII, quando as rotas terrestres e o comércio negreiro foram importantes no período de expansão das fronteiras em Minas Gerais. Com objetivos em comum, a Coroa e os negociantes queriam: dominar o mercado de abastecimento que mantinha a crescente população urbana; concentrar os impostos relativos às atividades comerciais e tributação dos metais; promover dependência dos colonos com os comerciantes e isso provocava o endividamento dos colonos em relação à Coroa. Logo, o Império português empreendeu seu processo de interiorização nas Minas Gerais do século XVIII com a ajuda de homens de negócio influentes, como foi o

44 FRAGOSO, J. L. R. *Op. cit.*, p.125.

45 Devido ao ouro encontrado em Minas Gerais no século XVIII, se deslocaram para a região não apenas pessoas de baixa estirpe, mas também pessoas de distinta nobreza, formando-se uma nobreza da terra que empreendeu diversas estratégias para manter *status* social na colônia. Existam alianças matrimoniais entre negociantes reinóis com os principais da terra, obtendo, os primeiros, cargos de prestígio nas regiões coloniais. Sobre esta temática, cf. ALMEIDA, C. M. C. de. “Uma nobreza da terra como projeto imperial: Maximiliano de Oliveira e seus aparentados.” In: FRAGOSO, J; ALMEIDA, C. M. C. de; SAMPAIO, A. C. J. de (Org.). *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos*. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2007. Capítulo 2.

46 FURTADO, J. F. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, 289p. Capítulo 4.

caso de Francisco Pinheiro.⁴⁷

Soma-se a isso, o fato de o Rio de Janeiro no início do século XVIII ser considerado, ao lado de Salvador,⁴⁸ o centro abastecedor das áreas mineradoras através do Caminho Novo e Caminho Velho. Este último era utilizado pelos negociantes por meio de Parati para chegarem às Minas Gerais.⁴⁹ Na primeira metade dos setecentos, o Rio de Janeiro ganhou uma crescente importância no interior do Império português, principalmente após a descoberta do ouro em Minas Gerais. A cidade manteve relações privilegiadas com as regiões auríferas exatamente por meio do comércio interno e de abastecimento com o Caminho Novo.⁵⁰ Além disso, o Rio de Janeiro também comercializava com a Metrópole portuguesa devido, exatamente, à importância dos manufaturados nos negócios de longa distância para a África. Os manufaturados permitiam a aquisição de mão de obra escrava que era significativa para o funcionamento da economia colonial.

Na passagem do século XVIII para o XIX, período denominado de colonial tardio por João Fragoso, a praça mercantil do Rio de Janeiro foi considerada a principal do Império ultramarino português ou do Atlântico Sul.⁵¹ Logo, ao fazermos este breve panorama da referida praça – a partir das discussões de Fragoso e Sampaio – conclui-se a importância dos negociantes nesta conjuntura. Eles atuavam tanto no comércio de longa distância quanto no comércio interno e ambos os comércios estavam vinculados. Lopes se correspondeu com indivíduos de regiões como Mariana, Sabará, Bahia – regiões ligadas ao comércio interno – e Campos – complexo açucareiro e importante região da agroexportação açucareira fluminense no século XVIII.⁵²

A relação de Lopes com as cidades de Lisboa e Porto comprovam que ele adquiriu manufaturados dessas regiões, que foram utilizados no tráfico negreiro e no comércio interno colonial. Em fins do século XVIII, ele possuía vantagens ao comercializar com o Porto porque seu pai e cunhado atuavam como comerciantes nesta praça, o que favorecia ainda mais as ligações mercantis dele com Portugal.

Retornando à **tabela 1**, observamos que Elias procurou manter relações com negociantes ou intermediários deles na África. Foi o que aconteceu no período de 1789 a 1790

47 Júnia Ferreira Furtado pesquisou a trajetória deste comerciante português na referida obra. In: *idem*.

48 SANTOS, R. F. *Minas com Bahia: mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista*. Niterói, 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

49 SAMPAIO, A. C. J. de. *Op.cit.*, p.83.

50 SAMPAIO, A. C. J. de. “Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-150)”. In: FRAGOSO; BICALHO & GOUVÊA (org.). *Op. cit.*, p. 75-76.

51 FRAGOSO, J. “A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820.” In: FRAGOSO; BICALHO & GOUVÊA (org.). *Op. cit.*, p. 321.

52 FLORENTINO, M. *Em costas Negras. Op. cit.*, p.30-31.

com Frutuoso José da Cruz. Segundo Roquinaldo Ferreira, este foi um dos maiores negociantes – natural do Rio de Janeiro – envolvido no comércio negreiro em Benguela no final dos setecentos e atuando como agente das casas comerciais cariocas.⁵³ Frutuoso José da Cruz permaneceu em Benguela por 15 anos (1780 – 1795).⁵⁴ No fim da década de 1780, Elias se correspondeu com Cruz, indicando relações pessoais e vinculadas ao comércio negreiro existente entre ambos. No Inventário de Lopes, comprova-se que entre sua escravaria existiam escravos de Benguela.

A manutenção dessa rede de relações empreendida por Elias foi fundamental para seus negócios mercantis e seu reconhecimento como homem de negócio. Isso porque as *faturas e contas de vendas*, presentes no auto de seu inventário, estavam vinculadas a diferentes indivíduos/negociantes de praças mercantis nacionais e internacionais. As datas das faturas indicam o período do último terço do século XVIII e os quinze primeiros anos do século XIX. Ademais, as redes de sociabilidade e de negócios de Elias concordam com a leitura de Michel Bertrand, historiador reconhecido no estudo da análise das redes sociais – sendo esta uma metodologia muito utilizada nos estudos recentes de História Moderna.

Para Bertrand, uma rede social pode ser definida como um “complexo sistema relacional que permite a circulação de bens e serviços, tanto material como imaterial, dentro de um conjunto de relações estabelecidas entre seus membros e que afeta a todos, direta ou indiretamente e muito desigualmente”⁵⁵ Ele discute a importante comunicação entre a micro história italiana, a história social e a análise de redes sociais no estudo das elites coloniais da América espanhola.⁵⁶ A contribuição metodológica das redes sociais se encontra nos estudos sobre as elites coloniais na América portuguesa nos séculos XVII e XVIII – estando os negociantes inseridos nela – bem como nos estudos sobre a administração e carreiras governativas e de justiça presentes ultramar.⁵⁷ Por meio dela, observamos as dinâmicas sociais existente nas sociedades do Antigo Regime ibérico e em suas possessões coloniais. Assim, as

53 FERREIRA, R. “Biografia, mobilidade e cultura atlântica: a micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX”. In: *Tempo* [online]. 2006, vol. 10, nº 20, p. 23-49.

54 *Idem*, p.44.

55 BERTRAND, M. “Los modos relacionales de las elites hispanoamericanas coloniales. Enfoques y posturas.” In: *Anuário IEHS*, Tandil, nº5, 2000, pp. 61-80.

56 BERTRAND, M. “La élite colonial en la Nueva España del siglo XVIII: un planteamiento en términos de redes sociales. In: SCHROTER, B; BUSCHGES, C. (eds.). *Beneméritos, Aristócratas y Empresarios. Identidades y estructuras sociales de las capas altas urbanas en América Hispánica*. Madrid\Frankfurt au main: Beroamericana\Vervuert, 1999. p. 35-54.

57 Sobre as elites na América portuguesa Cf. BICALHO, M. F. B. “Elites coloniais: a nobreza da Terra e o governo das conquistas. História e Historiografia.”pp.73-98; FRAGOSO, J. “Potentados Coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos.”p. 133-168. In:MONTEIRO, N. G. F.; CARDIM, P; SOARES DA CUNHA, M. (Org.). *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005.

redes de sociabilidade, vinculadas à mercancia, estavam presentes nas trajetórias de influentes homens de negócio. Redes estas fundamentais no comércio interno e externo, no tráfico negreiro, no crédito, nos contratos régios entre outros.⁵⁸

Jucá de Sampaio, ao discutir sobre o comércio de longa distância no início do século XVIII, enfatizou que este empreendimento “(...) *demandava o estabelecimento de relações contínuas, e, portanto, de confiança, entre os indivíduos que nela atuavam*”.⁵⁹ Na grande maioria dos negócios, eram de suma importância as redes de relações sociais, principalmente no comércio externo com diferentes praças internacionais, onde se estava sujeito a maiores riscos e prejuízos. Somente um pequeno número de negociantes tinham capitais para tais empreendimentos, sozinhos ou em sociedade.⁶⁰ Assim, as redes de amizade, familiares e mercantis foram fundamentais para os reinóis que emigravam para as possessões coloniais e que pretendiam se tornar futuros homens de negócio. A emigração de Lopes do Porto para o Rio de Janeiro no último terço do século XVIII exemplificou o quanto esses vínculos foram importantes.

Contatos e negócios familiares de Elias Antonio Lopes

A presença portuguesa no comércio brasileiro, muitas vezes associada ou em disputa com os naturais da terra, fez com que o historiador Jorge Pedreira enfatizasse a fluidez presente nas comunidades mercantis lisboetas e brasileiras. Em Portugal, a tendência dos filhos sucederem os pais e avós no comércio foi decrescente. No século XVIII, principalmente na segunda metade, Pedreira ressaltou que “eram apenas 28,8% os filhos e menos de 10% os netos de outros negociantes. (...) Só 40% se mantinham no exercício depois de dez anos e apenas a quarta parte ao fim de quinze”.⁶¹ Logo, era pouco frequente nas comunidades mercantis portuguesas do século XVIII que os filhos e netos dos negociantes prosseguirem no ofício dos pais, ou quando os sucediam permaneciam no máximo 15 anos no comércio.

Essa fluidez no trato mercantil também esteve presente nas comunidades mercantis

58 Sobre as redes mercantis empreendidas pelos negociantes da América espanhola Cf. IBARRA, A. “Redes de Circulación y redes de negociantes en el mercado interno novohispano: los mercaderes del Consulado de Guadalajara, 1791-1803”. IN: IBARRA, A; VALLE PAVÓN, G. (coords.). *Redes sociales e instituciones comerciales en el imperio español, siglos XVII a XIX*. México: Instituto Mora\UNAM, 2007. p. 279-293.

59 SAMPAIO, A. C. J. de. “Os homens de negócio e a coroa na construção das hierarquias sociais: o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII.” In: FRAGOSO, J. & GOUVÊA, M. de F. (Org.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.93.

60 SAMPAIO, A. C. J. de. *Op.cit.*, p.90.

61 PEDREIRA, J. M. V. *Op.cit.*, p.60.

brasileiras, por exemplo, no Rio de Janeiro, onde comerciantes permaneciam apenas um ano no mercado. Eles atuavam em poucas operações mercantis⁶² e isso fazia com que os emigrantes viessem para o Brasil para iniciarem carreira no comércio, só que muitos deles não conseguiram o sucesso esperado e abandonavam o ofício. Por isso, as comunidades mercantis brasileiras estavam abertas para o constante fluxo e renovação de emigrantes portugueses durante o século XVIII e XIX. A fluidez, portanto, era uma característica presente nas comunidades mercantis de Portugal e do Rio de Janeiro.

Por outro lado, aqueles comerciantes que conseguiram sucesso com bons retornos dos seus investimentos no Brasil retornaram para Portugal, fixando-se em Lisboa ou Porto, com negócio próprio. Citando dados de Nireu Cavalcanti, que utilizou os registros de passaportes da Real Junta de Comércio entre 1769 e 1779, Jorge Pedreira constatou que dos “745 viajantes moradores no Brasil que partiram do Rio de Janeiro para Portugal e dos quais há registro do estado civil, 690, isto é, perto de 80% eram solteiros e a percentagem desce apenas para 73,7% entre os maiores de 40 anos”.⁶³ Assim, o fato de permanecerem solteiros, após a estadia no Brasil, demonstrou que o objetivo final da aventura era retornar a Portugal, segundo o autor.

No entanto, houve inúmeros casos de emigrantes que, após se tornarem homens de negócio bem sucedidos, decidiram permanecer em terras brasileiras. Por isso, Pedreira argumentou que “os percursos de mobilidade social ascendente não terminavam sempre pelo regresso a Portugal. Alguns dos mais bem sucedidos ficavam no Brasil”.⁶⁴ Foi o que aconteceu com Elias Antonio Lopes que procurou vincar seu *status* mercantil e social desde sua presença na cidade com uma patente militar e ingressou em uma ordem religiosa a partir de 1790. Lopes projetou-se socialmente no fim do Setecentos e, principalmente, a partir de 1808 com a vinda da corte joanina, quando obteve variadas mercês. O caso de Lopes, portanto, insere-se entre aqueles dos negociantes bem sucedidos que permaneceram no Brasil e não regressaram para Portugal.

Nos documentos examinados, particularmente do auto de seu inventário, observamos a existência de treze (13) cartas do período de 1771 a 1773 de Antonio Lopes Guimarães com o Elias [vide **tabela 1**], como também cinquenta e duas (52) cartas do seu irmão João Theodózio Lopes, no período de 1782 a 1810.⁶⁵ Embora não tenhamos encontrado

62 *Idem*, p.60.

63 CAVALCANTI apud PEDREIRA, J. M. V. *Op.cit.*, p.61.

64 PEDREIRA, J. M. V. *Op.cit.*, p.61.

65 ANRJ. Conferir parte 3: Translado dos autos de administração dos bens a que seguro se deo por falecimento de Elias Antonio Lopes. Fundo: Junta de Comércio (7X): *Auto do inventário de Elias Antonio Lopes*. Notação: Caixa 348, pacote 1, Letra L, 1815-1818. fl. 358.

tais cartas, tudo indica que a rede familiar e de negócios foi fundamental para o estabelecimento e sucesso de Elias no Rio de Janeiro fazendo com que aqui permanecesse. Por isso, concordamos com Pedreira quando mencionou que a emigração e a consequente “(...) separação não implicava uma interrupção das relações com a família”.⁶⁶ As fontes manejadas, nos ajudaram a comprovar que esse contato foi contínuo, bem como demarcam claramente os respectivos nomes dos familiares de Elias Antonio Lopes.

(...) declarou o inventariante Thomaz Pereira de Castro Vianna que o conselheiro Elias Antonio Lopes, (...) tem uma irmã na cidade do Porto, por nome Dona *Margarida Rosa Angelica*, cazada com *Antonio Joze Moreira Guerra*, que tem outro irmão por nome *João Theodozio Lopes* (...).⁶⁷

No mesmo auto do inventário, encontramos um detalhe peculiar entre os “livros e mais papeis” do negociante. O inventariante dele citou a existência em 1815 de “hum quaderno comprido escripturado todo no Porto em mil setecentos e trinta e nove”.⁶⁸ Esta pequena e valiosa informação nos possibilitou constatar que, quando jovem, Elias Antonio Lopes obteve conhecimentos de escrituração mercantil por meio dos negócios do seu pai. A manutenção da rede familiar foi fundamental para o seu estabelecimento, ainda garoto, no Rio de Janeiro, confirmando alguns casos já destacados na historiografia.⁶⁹

Relativo ao caráter familiar e dos negócios de Elias Antonio Lopes, novamente, no auto de seu inventário, encontramos faturas comerciais de seu pai e do seu cunhado Antonio José Moreira Guerra. No caso de seu pai, consta uma fatura para o ano de 1778,⁷⁰ o que indicou que Elias comprou mercadorias de seu pai e as vendeu no Brasil. No caso de seu cunhado, além das oitenta e nove (89) cartas referentes ao período de 1788 a 1806 [vide **tabela 1**], estavam arroladas duas faturas de Antonio José Moreira Guerra para o ano de 1776 e três contas de venda de Elias Antonio Lopes para o mesmo no ano de 1788.⁷¹ Tudo isso aconteceu no último terço do século XVIII, período do estabelecimento e ascensão do negociante no Rio de Janeiro. Concordamos, portanto, com Jorge Pedreira quando o autor argumenta que

66 PEDREIRA, J. M. V. *Op. cit.* p. 202.

67 ANRJ. Declaração de falecimento e de herdeira. Fundo: Junta de Comércio (7X): *Auto do Inventário de Elias Antonio Lopes*. Notação: Caixa 348, pacote1, Letra L, 1815-1818. fl. 22v. [grifo nosso].

68 *Idem*, fl.105v.

69 ALVES, J. F. *Op.cit*; MARTINHO, Lenira Menezes. *Op.cit.*

70 ANRJ. Fundo: Junta de Comércio: *Auto do inventário de Elias Antonio Lopes* (7X). Notação: Caixa 348, pacote 1, Letra L, 1815-1818. fl. 127v.

71 *Idem*, fls. 127v e 129.

“(...) a família constituía o principal suporte da formação das redes sociais que propiciavam o início de uma carreira no comércio (...)”.⁷² O caso do portuense valida esta argumentação.

Considerações finais

Em suma a trajetória de Elias Antonio Lopes exemplificou o caso de sucesso de reinóis que viram no comércio brasileiro a possibilidade de ascensão social e de enriquecimento. Contudo, diferentemente de algumas trajetórias, Elias era filho de um negociante e capitão do Porto com influência nesta comarca e de grande importância para o comércio do Reino com o Brasil, o que favoreceu sua emigração. Embora não seja possível compararmos com outros estudos de caso de negociantes que conquistaram o topo da elite mercantil realizamos um cálculo aproximado do tempo que Lopes levou para chegar a esta condição. Se fixarmos 1771 como o ano mais recente de sua presença na cidade – quando se correspondeu com seu pai que residia no Porto conforme dados da **tabela 1** – e 1799 – quando ele foi citado pelo Conde de Resende como um dos grandes negociantes da Praça do Rio de Janeiro – chegamos a um período de mais ou menos vinte e oito anos para ele ser considerado um influente homem de negócio em fins do Setecentos. Após a vinda da corte, em 1808, Elias Antonio Lopes obteve ainda mais notoriedade após ter oferecido sua chácara em São Cristóvão para residência de Dom João. Com esse gesto acabou obtendo variadas mercês do Príncipe Regente, entre elas, a tão sonhada Comenda da ordem de Cristo.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, C. M. C. de. “Uma nobreza da terra como projeto imperial: Maximiliano de Oliveira e seus aparentados”. In: FRAGOSO, J; ALMEIDA, C. M. C. de; SAMPAIO, A. C. J. de (Org.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos*. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2007.
- ALVES, J. F. *Os Brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*. 1993. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1993.

⁷² PEDREIRA, J. M. V. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822)... Op.cit.* p.242.

- BAPTISTA BICALHO, M. F. “Elites coloniais: a nobreza da Terra e o governo das conquistas. História e historiografia.” In: MONTEIRO, N. G. F; CARDIM, P; SOARES DA CUNHA, M. (Org.). *Optima Pars*: elites ibero-americanas do Antigo Regime. Lisboa: ICS, 2005. p.73-98.
- BARBOSA, R. “Um panorama Histórico da Imigração portuguesa para o Brasil.” In: *Arquipélago*: História, 2ª série, VII (2003).
- BASILE, M. “Revoltas regenciais na Corte: o movimento de 17 de abril de 1832.” In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. II, n. 19/20, p.259-298, jan./dez. 2004.
- BASTO, A. de M. *Porto e o Brasil*: figuras e factos da história luso-brasileira. Porto: Livraria progredior, 1946.
- BERTRAND, M. “La élite colonial en la Nueva España del siglo XVIII: un planteamiento en términos de redes sociales”. In: Schroter, Bernd; Buschges, Christian (eds.). *Beneméritos, aristócratas y empresarios*: identidades y estructuras sociales de las capas altas urbanas en América Hispánica. Madrid\Frankfurt am Main: Beroamericana\Vervuert, 1999.
- BERTRAND, M. “Los modos relacionales de las elites hispanoamericanas coloniales: enfoques y posturas”. In. *Anuário IEHS*, Tandil, nº5, 2000, p. 61-80.
- BETHELL, L *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos (1807-1869). Trad. de Luís A. P. Souto Maior. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.
- BEZZERA, N. R. *Escravidão, Farinha e Tráfico Atlântico*: um novo olhar sobre as relações entre o Rio de Janeiro e Benguela. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Nielson_Bezerra.pdf
- BROWN, L. V. *Internal Commerce in a Colonial Economy*: Rio de Janeiro and its Hinterland, 1790-1822. University of Virginia. Ph. D, 1986.
- CABRAL, G. F. C. de. *Tratos e mofatras*: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654-1759). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- CAPELA, J. *Conde de Ferreirinha & Cia. Traficantes de escravos*. Porto: Edições Afrontamento, 2012.
- CAVALCANTI, N. *O Rio de Janeiro setecentista*: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

- COSTA, A. de L. R. da. “Espaços negros: ‘cantos’ e ‘lojas’ em Salvador no Século XIX”. In: *Caderno CRH*. Suplemento, p. 18-34, 1991. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2097/1/CadCRH-2007-391.pdf>
- CUNHA, R. V. da. *Para uma biografia de Elias Antônio Lopes*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1957.
- CUNHA, R. V. da. “A vida do Rio de Janeiro através dos testamentos: 1815 – 1822”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 282, Rio de Janeiro, jan./mar.1969.
- FERREIRA, R. “Biografia, mobilidade e cultura atlântica: a micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX”. *Tempo* [online]. 2006, vol. 10, nº 20, p. 23-49.
- FLORENTINO, M. *Em costas Negras: uma História do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro - séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- FONTOURA, V. de J. *Pedro Gomes Simões: homem de negócios do Porto no século XVIII*. Porto: Ed. Ecopy, 2010.
- FRAGOSO, J. L. R. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRAGOSO, J. L. R; BICALHO, M. F. & GOUVÊA, M. de F. (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, J. L. R. “Potentados Coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos.” p. 133-168. In: MONTEIRO, N. G. F.; CARDIM, P; SOARES DA CUNHA, M. (Org.). *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005.
- FURTADO, J. F. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- IBARRA, A. “Redes de Circulación y redes de negociantes en el mercado interno novohispano: los mercaderes del Consulado de Guadalajara, 1791-1803”. In: IBARRA, A; VALLE PAVÓN, G. (coords.). *Redes Sociales e instituciones comerciales en el imperio español, siglos XVII a XIX*. México: Instituto Mora\UNAM, 2007.
- MARTINHO, L. M. & GORENSTEIN, R. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Esporte, 1993.
- NEVES, L. M. B. P. & MACHADO, H. F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

- PEDREIRA, J. M. V. *Os homens de Negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Dissertação (Doutoramento em Sociologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Nova Lisboa, Lisboa, 1995.
- PEDREIRA, J. M. V. “Brasil, Fronteira de Portugal. Negócio, Emigração e mobilidade social (séculos XVII E XVIII).” In: CUNHA, M. S. da (coord.). *Do Brasil à Metrópole: efeitos sociais (séculos XVII-XVIII)*. Universidade de Évora, Julho de 2001.
- RIBEIRO, A. V. *O tráfico atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador (c. 1678 – c. 1830)*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- RIBEIRO, A. V. *A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos, grupo mercantil (c.1750 – c.1800)*. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- RIBEIRO, G. S. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Faperj, 2002.
- SANTOS, R. F. *Minas com Bahia: mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- SAMPAIO, A. C. J. de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650 –c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- SAMPAIO, A. C. J. de. “Os homens de negócio e a coroa na construção das hierarquias sociais: o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII.” In: FRAGOSO, J. & GOUVÊA, M. de F. (Org.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SERRÃO, J. Conspecto histórico da emigração portuguesa. *Análise Social*, Vol.VIII, 1970 (nº32), p. 597-617.
- SILVA, M. B. N. da. *História da Família do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.